

## **Evolução Recente da Miséria**

**Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV**

[www.fgv.br/cps](http://www.fgv.br/cps)

[cps@fgv.br](mailto:cps@fgv.br)

**Reduzir a desigualdade num contexto de boom econômico parece mais factível do que em recessão, quando perdas estão sendo repartidas.**

A Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) mostra que a pobreza aumentou no ano 2003. A proporção de miseráveis passou de 26,23% em 2002 para 27,26% no ano passado. Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$ 108,00 mensais, com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Trata-se do primeiro estudo sobre a pobreza brasileira utilizando a recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-2003), do IBGE.

As metrópoles apresentaram maior crescimento da miséria (de 16,6% para 19,14%), o que pode ser explicado pela crise no mercado de trabalho. Por outro lado, nas áreas rurais notamos queda da pobreza (de 51,4% para 51%) que pode ser resultado de políticas públicas voltadas para o campo.

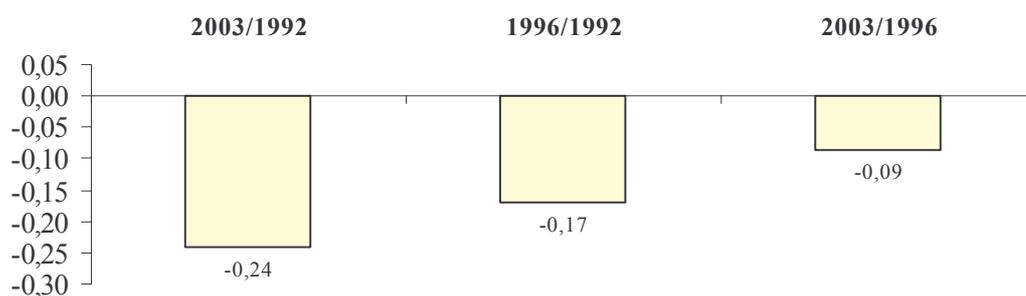
**Miséria - Brasil**



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Olhando para o período 1992 a 2003 observamos queda sistemática da miséria nacional de 35,87 para 27,26. Esta queda é observada mesmo durante os períodos de crise externa e ajustes posteriores. Olhando os grandes números a miséria: i) caiu 24% no período 1992 a 2003. ii) caiu 17% no período 1992 a 1996. iii) Caiu 9% no período 1996 a 2003, período marcado por crises externas e ajustes internos.

#### Taxa de Redução da Miséria em Grandes Períodos - Brasil

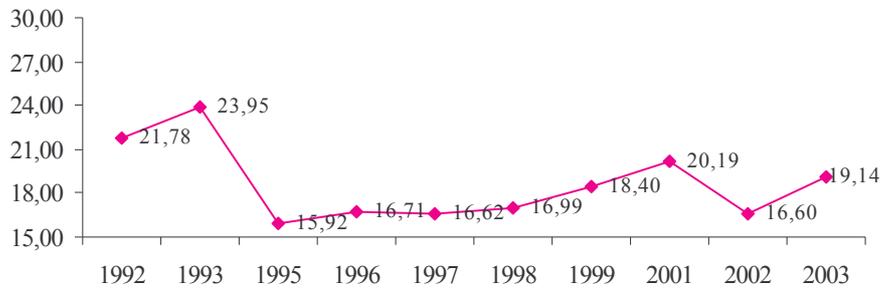


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

#### Tendências Rurais, Urbanas e Metropolitanas

A miséria metropolitana após o período de Lua de Mel com o plano Real, tem apresentado ano a ano aumento desde 1995, tendência esta interrompida em 2002 mas retomada em 2003. A miséria rural cai sistematicamente em todos os anos da série inclusive em períodos de seca do Nordeste como 1998 e 2001. A miséria urbana, por sua vez apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional.

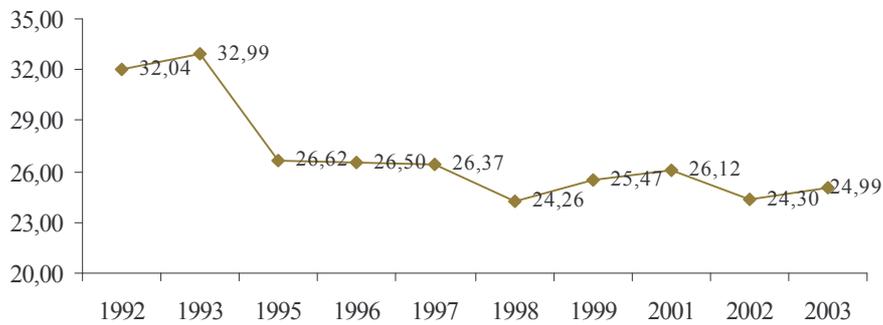
**Miséria Metropolitana  
Brasil**



**Miséria Rural  
Brasil**



**Miséria Urbana  
Brasil**

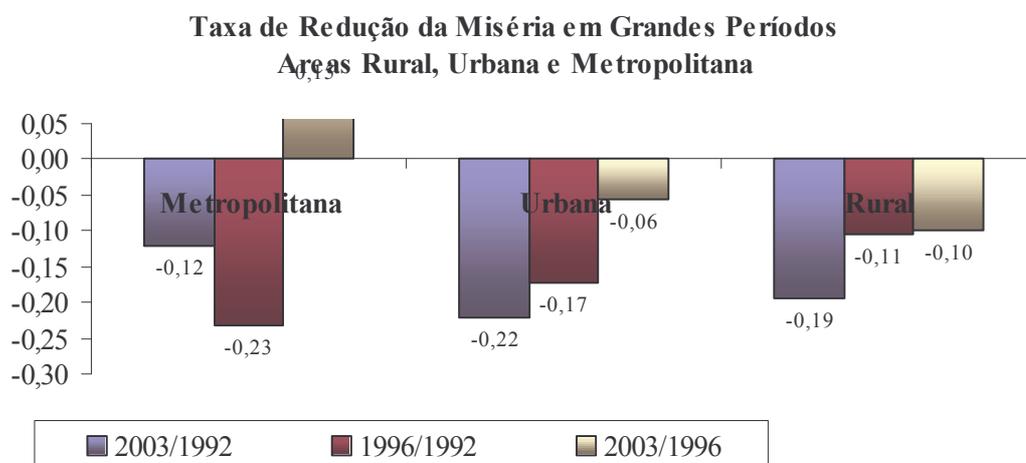


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Se olharmos para intervalos mais longos a miséria na área metropolitana no período 1992 a 2003 a miséria metropolitana apresenta um decréscimo de 12%. O menor entre todos os tamanhos de cidade. Função da maior redução de miséria no período 1992 a 1996 (23%) já que a miséria subiu 15% após 1996.

As áreas rurais foram as menos beneficiadas na conjuntura expansiva 1992 a 1996 caindo 11%. Já no período posterior (1996-2003) as áreas rurais apresentam o melhor desempenho entre todos os tipos de regiões caindo 10%.

A miséria urbana, por sua vez apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional sendo a mais estável entre todos os períodos de análise. No computo geral, fruto da expansão das cidades médias a miséria urbana cai cerca de 22% durante o período 1992 a 2003.



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

### Cenários para 2004 e depois

A desigualdade de renda brasileira está entre as três maiores do mundo. Tomemos a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre zero e um. Quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica, onde a ren-

da de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente ao nosso Gini não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

<b>Medidas de Desigualdade</b>			
	<b>2003</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
<b>Gini</b>	0.58	0.59	0.60
<b>Theil</b>	0.56	0.59	0.72

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29) não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem um importante aliado na redução da pobreza. Vejamos alguns cenários.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$108 por mês a preços da Grande São Paulo em Outubro de 2003, quantia necessária para suprir as suas necessidades alimentares básicas) cairá dos 27,26% de 2003 para 26,56% em 2004, uma queda de 2,6%, se a renda *per capita* nacional crescer 3% ao ano entre 2003 e 2004 o que corresponde ao ritmo de crescimento atual do PIB entre 4.5% e 5% ao ano. Se o crescimento de 2,9% ao ano se mantiver por quatro anos consecutivos a miséria cairia para 24,16%, uma queda de 11,39%. Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria neste ano, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade.

Se a expansão econômica acumulada de 12% fosse combinada com uma queda de 0,011 ponto de porcentagem do índice de Gini (de 0,585 para 0,574) que corresponde grosso modo à queda observada entre 2001 e 2003, a indigência brasileira cairia cerca de 16,86%. A proporção de indigentes passaria para 22,67%. Ou seja: os 47 milhões de pobres iniciais se reduziriam em 8 milhões. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira medida pelo índice de Gini de 0,585 para os níveis de 0,574 encontrado no estado do Rio de Janeiro.

Na verdade, a pobreza poderia ainda recuar substantivamente mesmo se o país deixasse de crescer. A redução do Gini apontada acima sozinha diminuiria a proporção de indigentes em 6,42% percentuais contra 11,39 pontos daquela obtida no cenário de crescimento puro mencionado antes. Podemos pensar em cenários de redução de desigualdade mais auspiciosos como a convergência da desigualdade brasileira para o nível observado no Rio Grande do Sul. Neste caso, mesmo sem crescimento a miséria cairia de 27,26% para 20,98%, uma queda de 23,04%. Agora se esta mudança em direção à equidade fosse acompanhada de crescimento acumulado de 12% nos próximos 4 anos ela cairia para 17,61% uma queda de 35,42% face o resultado observado em 2003.

A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside a sua solução. Reduzir a desigualdade num contexto de *boom* econômico como agora se apresenta parece mais factível do que em épocas recessivas quando perdas estão sendo repartidas. A adoção de metas sociais ajudaria no combate à miséria. Neste caso é fundamental o monitoramento freqüente, de forma a auferir o cumprimento dos compromissos sociais.

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento  
Sem Redução de Desigualdade**

	<b>Renda Domiciliar Per Capita</b>	<b>% Miseráveis</b>	<b>Varição</b>
<b>Brasil 2003</b>	<b>379.78</b>	<b>27.26</b>	
<b>Efeito Crescimento de</b>			
<b>3%</b>	391.17	26.56	-2.60%
<b>12%</b>	425.35	24.16	-11.39%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

\* Crescimento da renda per capita

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento  
com Efeito Redução Média de Desigualdade (Gini cai de 0,585 para 0,574)**

	<b>Renda Domiciliar Per Capita</b>	<b>% Miseráveis</b>	<b>Varição</b>
<b>Brasil 2003</b>	<b>379.78</b>	<b>27.26</b>	
<b>Efeito Desigualdade (Gini cai 0,011, *De 0,585 para 0,574)</b>	<b>379.78</b>	<b>25.51</b>	<b>-6.42%</b>
<b>Efeito Desigualdade (RJ)* com Crescimento de</b>			
<b>3%</b>	391.17	24.92	-8.61%
<b>12%</b>	425.35	22.67	-16.86%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

\* Crescimento da renda per capita

\* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio de Janeiro no ano 2001

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento  
com Efeito de Redução Forte de Desigualdade**  
(Gini cai de 0,585 para 0.535)

	<b>Renda Domiciliar Per Capita</b>	<b>% Miseráveis</b>	<b>Varição</b>
<b>Brasil 2003</b>	379.78	27.26	
<b>Efeito Desigualdade (RS)*</b>	379.78	20.98	-23.04%
<b>Efeito Desigualdade (RS)* com Crescimento de 3%</b>	391.17	20.29	-25.59%
<b>12%</b>	425.35	17.61	-35.42%

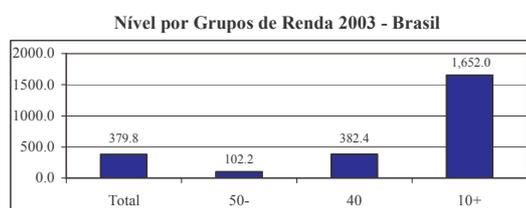
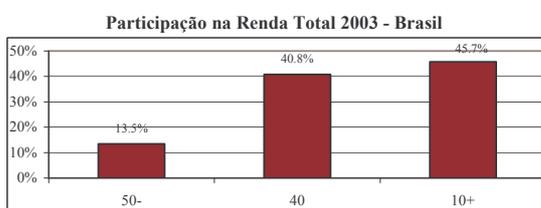
Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

\* Crescimento da renda per capita

\* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio do Rio Grande do Sul

**Análise das Mudanças Distributivas Recentes**

Vejam inicialmente algumas medidas de concentração de renda, segundo a PNAD que se presta ao monitoramento anual da pobreza brasileira. A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação com três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* (mais precisamente, 45,7%); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (13,5%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,8%). A renda individual do grupo mais rico é 16 vezes aquela observada no grupo mais pobre no Brasil. O gráfico abaixo apresenta a renda média de cada um destes grupos seguindo a PNAD 2003.

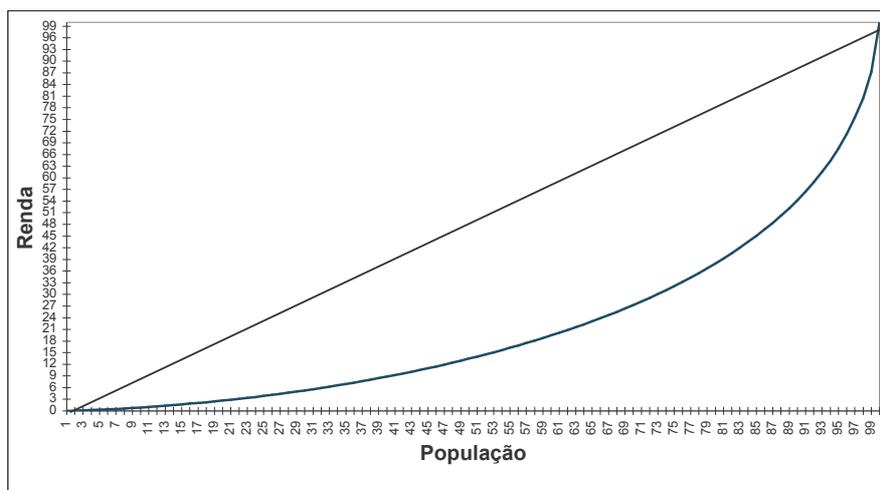


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Apresentamos abaixo a curva de Lorenz Brasileira em 2003. O grau de desigualdade pode ser captado pelo tamanho da barriga da Curva de Lorenz,, isto é, a área entre a curva e a reta de 45 graus. O índice de Gini capta o que corresponde graficamente à razão entre a barriga da curva de Lorenz e a área do triângulo inferior do gráfico

Senão vejamos: se a sociedade fosse totalmente igualitária, isto é, ordenando dos mais pobres para os mais ricos a participação acumulada dos indivíduos na população crescesse *pari-passu* com a participação das suas respectivas rendas no total, estaríamos exatamente sobre a reta de 45 graus. Neste caso a medida desigualdade conforme o índice de Gini seria zero. No outro caso polar, de uma sociedade totalmente desigual, onde apenas um indivíduo detém toda renda da economia (e os demais possuem renda zero) estaríamos caminhando sobre as laterais do triângulo da curva de Lorenz,. Neste caso o índice de Gini seria unitário.

### Desigualdade de Renda Familiar Per Capita - Brasil 2003

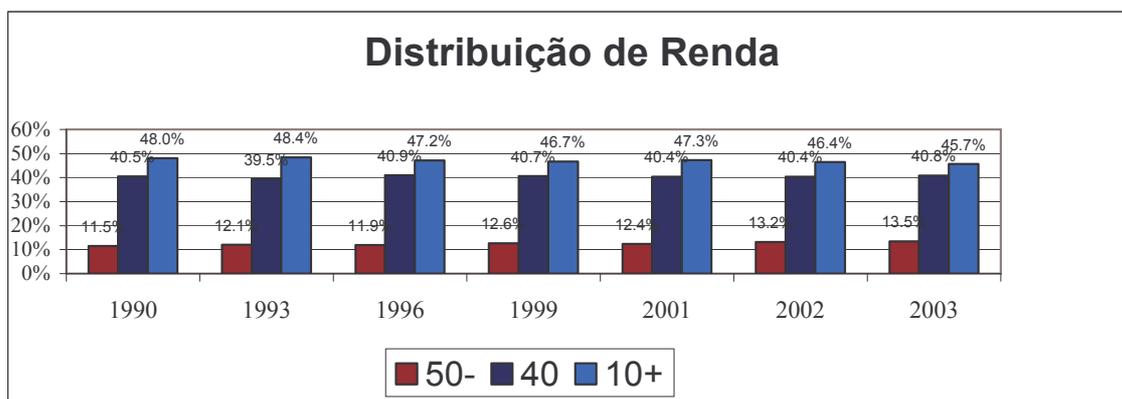


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

### Detalhamento

Esta seção analisa essas flutuações macroeconômicas, segundo uma perspectiva distributiva. Procuramos qualificar a natureza das mudanças de bem-estar social ocorridas desde a criação do plano. Verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-96) e

o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças distributivas relativamente pouco pronunciadas. Já no último período (2001-2003) observamos um movimento de redução da desigualdade.



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

No período de transição para a estabilidade, ao contrário do que se tem enfatizado, o efeito redutor de desigualdade do Real foi relativamente pequeno. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam buscavam reduzir a inflação mantendo, mais ou menos constante, o *status quo* da distribuição de renda.

A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso. O Real foi concebido — e bem-sucedido — no combate a inflação. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. Essa redução de incerteza levou a efeitos ilusórios de redução de disparidades de renda, mas melhorou as condições para a aplicação de políticas sociais.

Por outro lado, a análise da distribuição de renda no período de crises externas (1996-2001) é muito heterogênea no Brasil, dependendo do que e de onde se olha. Se somente for observada a renda do trabalho nas grandes metrópoles, haverá uma idéia de que a crise é mais séria. Se forem analisadas todas as fontes de renda e áreas geográficas, nos aproximando de um conceito mais abrangente de bem-estar, a crise se apresenta menos séria.

Cabe finalmente notar a redução da desigualdade observada após 2001. Por exemplo, a parcela dos 10% mais ricos cai de 47,3 para 45,7 no espaço de dois anos, dado inédito na história social brasileira dos últimos 15 anos.

### **Mapa do Fim da Fome II**

O *Mapa do fim da fome II*, elaborado em parceria com a Ação da Cidadania, é um banco de dados georeferenciado permitindo a localização física dentro de estados e municípios das áreas sujeitas às condições sociais mais adversas. Contém um amplo conjunto de informações sobre riquezas e carências das localidades. Estas informações podem ser estendidas em diversas direções desejadas e são passíveis de serem levantadas em qualquer estado ou município brasileiro, constituindo num poderoso instrumento para que a sociedade e governos possam elaborar programas focados de desenvolvimento social (vide o site [www.fgv.br/cps](http://www.fgv.br/cps))

O *Mapa do fim da fome II* possui duas edições, sendo uma para o Rio de Janeiro e outra para Pernambuco. No Rio a renda da Lagoa é a mais alta do município. O município de São Francisco de Itabapoana é o mais pobre do estado, onde 43,8% da população é miserável. Niterói, com 11,07% de miseráveis é a cidade que tem o melhor desempenho no estado. A cidade do Rio apresenta 14,57% da população vivendo na miséria.

Em Pernambuco a renda da área de Boa viagem é a mais alta do município de Recife e que 53% da população pernambucana vivem em situação de miséria. O município de Manari é um dos mais pobres do Brasil, com 90% de miseráveis; Fernando de Noronha, com 5% de miseráveis e com maior renda do estado (R\$1.027,00), aparece como o paraíso dos indicadores sociais de Pernambuco.

Ela ainda permite analisar, por exemplo, os municípios de Pernambuco que foram objeto de ações realizadas pelos sem-terra em torno de abril de 2004, época do lançamento do estudo, assim como um comparativo entre a favela da Rocinha, onde também em abril ocorreu uma invasão de traficantes rivais, e outras regiões da cidade do Rio de Janeiro.

ANEXO:

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento  
Sem Redução de Desigualdade**

	<b>Renda Domiciliar Per Capita</b>	<b>% Miseráveis</b>	<b>Variação</b>
<b>Brasil 2003</b>	<b>379,78</b>	<b>27,26</b>	
<b>Efeito Crescimento de</b>			
<b>1%</b>	383,58	27,02	-0,91%
<b>2%</b>	387,37	26,85	-1,52%
<b>3%</b>	391,17	<b>26,56</b>	<b>-2,60%</b>
<b>4%</b>	394,97	26,35	-3,37%
<b>5%</b>	398,77	26,06	-4,42%
<b>6%</b>	402,56	25,78	-5,45%
<b>7%</b>	406,36	25,63	-6,01%
<b>8%</b>	410,16	25,30	-7,22%
<b>9%</b>	413,96	24,92	-8,60%
<b>10%</b>	417,76	24,52	-10,08%
<b>11%</b>	421,55	24,34	-10,71%
<b>12%</b>	425,35	<b>24,16</b>	<b>-11,39%</b>
<b>13%</b>	429,15	23,71	-13,03%
<b>14%</b>	432,95	23,48	-13,87%
<b>15%</b>	436,74	23,27	-14,65%
<b>16%</b>	440,54	23,05	-15,45%
<b>17%</b>	444,34	22,87	-16,10%
<b>18%</b>	448,14	22,60	-17,09%
<b>19%</b>	451,94	22,38	-17,90%
<b>20%</b>	455,73	22,21	-18,54%
<b>21%</b>	459,53	22,01	-19,26%
<b>22%</b>	463,33	21,84	-19,90%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

\* Crescimento da renda per capita

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento com Efeito Redução Média de Desigualdade (Gini cai de 0,585 para 0,574)**

	<b>Renda Domiciliar Per Capita</b>	<b>% Miseráveis</b>	<b>Variação</b>
<b>Brasil 2003</b>	<b>379,78</b>	<b>27,26</b>	
<b>Efeito Desigualdade (Gini cai 0,01: *De 0,585 para 0,574</b>	<b>379,78</b>	<b>25,51</b>	<b>-6,42%</b>
<b>Efeito Desigualdade (RJ)* com Crescimento de</b>			
<b>1%</b>	383,58	25,20	-7,57%
<b>2%</b>	387,37	25,00	-8,31%
<b>3%</b>	<b>391,17</b>	<b>24,92</b>	<b>-8,61%</b>
<b>4%</b>	394,97	24,75	-9,23%
<b>5%</b>	398,77	24,39	-10,53%
<b>6%</b>	402,57	23,99	-12,02%
<b>7%</b>	406,36	23,61	-13,40%
<b>8%</b>	410,16	23,54	-13,66%
<b>9%</b>	413,96	23,16	-15,05%
<b>10%</b>	417,76	23,02	-15,55%
<b>11%</b>	421,55	22,89	-16,06%
<b>12%</b>	<b>425,35</b>	<b>22,67</b>	<b>-16,86%</b>
<b>13%</b>	429,15	22,53	-17,37%
<b>14%</b>	432,95	22,46	-17,61%
<b>15%</b>	436,75	22,27	-18,32%
<b>16%</b>	440,54	22,20	-18,56%
<b>17%</b>	444,34	22,16	-18,73%
<b>18%</b>	448,14	20,35	-25,36%
<b>19%</b>	451,94	20,32	-25,45%
<b>20%</b>	455,73	20,30	-25,52%
<b>21%</b>	459,53	20,11	-26,25%
<b>22%</b>	463,33	19,79	-27,42%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

\* Crescimento da renda per capita

\* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio de Janeiro no ano 2001

**Cenários Sobre a Miséria de Cenários de Crescimento  
com Efeito de Redução Forte de Desigualdade**

(Gini cai de 0,585 para 0,535)

	<b>Renda Domiciliar Per Capita</b>	<b>% Miseráveis</b>	<b>Varição</b>
<b>Brasil 2003</b>	<b>379.78</b>	<b>27.26</b>	
<b>Efeito Desigualdade (RS)*</b>	<b>379.78</b>	<b>20.98</b>	<b>-23.04%</b>
<b>Efeito Desigualdade (RS)* com Crescimento de</b>			
<b>1%</b>	383.58	20.78	-23.77%
<b>2%</b>	387.37	20.54	-24.66%
<b>3%</b>	<b>391.17</b>	<b>20.29</b>	<b>-25.59%</b>
<b>4%</b>	394.97	19.64	-27.97%
<b>5%</b>	398.77	19.48	-28.54%
<b>6%</b>	402.57	18.82	-30.98%
<b>7%</b>	406.36	18.61	-31.73%
<b>8%</b>	410.16	18.47	-32.26%
<b>9%</b>	413.96	18.25	-33.07%
<b>10%</b>	417.76	18.07	-33.74%
<b>11%</b>	421.55	17.80	-34.69%
<b>12%</b>	<b>425.35</b>	<b>17.61</b>	<b>-35.42%</b>
<b>13%</b>	429.15	17.36	-36.34%
<b>14%</b>	432.95	17.20	-36.92%
<b>15%</b>	436.75	16.68	-38.82%
<b>16%</b>	440.54	16.64	-38.98%
<b>17%</b>	444.34	16.52	-39.41%
<b>18%</b>	448.14	16.44	-39.69%
<b>19%</b>	451.94	16.12	-40.86%
<b>20%</b>	455.73	15.87	-41.77%
<b>21%</b>	459.53	15.68	-42.48%
<b>22%</b>	463.33	15.43	-43.41%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

\* Crescimento da renda per capita

\* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio do Rio Grande do Sul